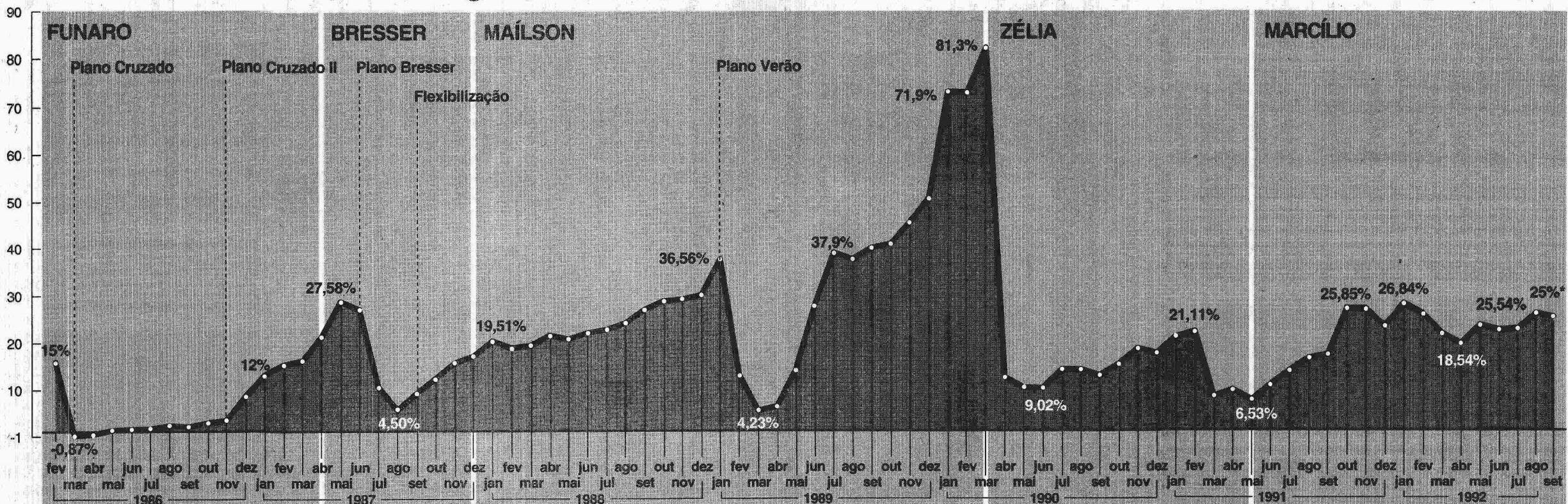


Economia Brasil

De Funaro a Marcílio, a estratégia de cada ministro para combater a inflação (taxas mensais do IGP)



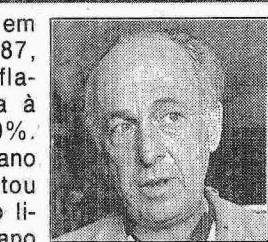
Dilson Funaro

Assumiu o Ministério da Fazenda em julho de 1985, quando a inflação já atingia os dois dígitos. Em março do ano seguinte, baixou o Plano Cruzado, que congelou preços e salários, cortou três zeros da moeda e produziu uma inflação negativa nos primeiros meses. O Plano, no entanto, acabou provocando desabastecimento, cobrança de ágio e maquiagem de produtos. Para corrigi-lo, Funaro lançou em novembro o Plano Cruzado II, que liberou a maioria dos preços. Ficou 19 meses no cargo.



Luiz Carlos Bresser Pereira

Tomou posse em abril de 1987, quando a inflação chegava à casa dos 20%. Através do Plano Bresser, tentou uma reedição limitada do Plano Cruzado, congelando preços e salários e extinguindo o gatilho salarial. O resultado inicial foi uma inflação de um dígito. Em seguida, recorreu à flexibilização de preços e criou a Unidade de Referência de Preços (URP), para correção dos salários. Ao deixar o Ministério da Fazenda, em dezembro de 1987, a inflação medida pelo IGP já superava os 15%.



Mailson da Nóbrega

Contrário à adoção de choques econômicos, Mailson tentou conter a inflação através da política do "feijão-com-arroz", mexendo pouco na economia. Mas a persistência da inflação acabou levando o ministro a editar, em janeiro de 1989, o Plano Verão, que congelou preços e salários, extinguiu a URP e criou o cruzado novo. Em pouco tempo, no entanto, a inflação voltou a subir, chegando a mais de 80% no fim de sua gestão. Mailson permaneceu no cargo até o fim do governo Sarney.



Zélia Cardoso de Mello

Primeira mulher a comandar a economia brasileira, Zélia optou por medidas de impacto para combater a inflação. Em março de 1990, baixou o Plano Collor, que bloqueou todas as aplicações financeiras, liberando apenas Cr\$ 50 mil por pessoa. A inflação caiu para um dígito, mas voltou a subir nos meses seguintes. Em janeiro de 1991, baixou o Plano Collor II, que congelou preços e salários, desindexou a economia e extinguiu o overnight. Deixou o cargo em maio, com uma inflação abaixo de 10%.



Marcílio Marques Moreira

O ministro se diferenciou de seus antecessores por não recorrer a choques econômicos para conter a inflação. Em sua gestão, o Governo propôs a reforma fiscal e manteve uma política monetária austera, de juros reais elevados. A recessão, porém, elevou as taxas de desemprego a níveis recordes e a inflação se estabilizou num patamar acima de 20%. Em meio à crise política, o ministro foi contrário à liberação de verbas para evitar o impeachment do presidente Collor. Ficou 17 meses no cargo.

* PREVISÃO

Desemprego e inflação desafiam Itamar



A equipe econômica do Governo Itamar Franco recebe um país devasta- do pela inflação e pelo desem- prego. A inflação acumulada nos 31 meses do Governo Collor atin- giu 10.894%, segundo o IGP, da Fundação Getúlio Vargas. A indústria paulista, por sua vez, eli- minou meio milhão de empregos. Nos últimos meses, o ex-ministro Marcílio Marques Moreira vinha tentando frear a inflação, mediante o corte de gastos públicos e a adoção de uma taxa de juros real (acima da inflação) que beirou 40% ao ano. Acabou colhendo uma violenta recessão e viu a dívida pública voltar ao nível do Governo Sarney.

Os avanços também estão ameaçados. O Governo Collor não conseguiu cumprir a pro- messa de modernizar totalmente a economia, mas gradativamente abriu o mercado brasileiro ao exterior. As alíquotas de im- portação baixaram de 35% em setembro de 1989, para 17,1% em 1 de outubro deste ano. Mas grande parte do empresariado se empenha em alterar esse quadro.

Na área externa, o balanço é muito bom. Marcílio conseguiu fechar o term-sheet (minuta do acordo com os bancos credores), o saldo comercial cresceu de US\$ 10 bilhões para US\$ 15 bi- lhões e as reservas cambiais cresceram para mais de US\$ 18 bilhões. Resta saber se os bancos credores vão manter o acordo após a mudança de governo.

